



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos**

## **CONSERVADORISMO E NEOCONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO**

**LAIANNE BOMFIM DE JESUS OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**AMANDA DE LIMA RIBEIRO<sup>2</sup>**

**LUÍSA LOPES CARDOSO LACERDA<sup>3</sup>**

**MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE<sup>4</sup>**

**SIMONE BRANDÃO SOUZA<sup>5</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho, que integra os estudos de um grupo de pesquisa, pretende através do resgate da memória da Assistente Social e ativista, Marylucia Mesquita Palmeira, mulher negra lésbica, abordar os desafios postos à existência das mulheres lésbicas pelo sexismo, racismo, lesbofobia e desigualdades sociais que estruturam as relações sociais na particularidade brasileira sob a égide do capitalismo.

**Palavras-chave:** Racismo, Sexismo, Lesbofobia, Serviço Social e Saúde.

### **ABSTRACT**

This work is part of the studies of a research group. By recovering the memory of social worker, black woman and lesbian Marylucia Mesquita Palmeira, it aims to address the challenges posed to the existence of lesbian women by sexism, racism and lesbophobia and

<sup>1</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<sup>2</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<sup>3</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<sup>4</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<sup>5</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

the social inequalities that structure social relations in Brazil in the matrix of capitalism.

**Key-words:** Sexism, Racism, Lesbocensus.

## Introdução

O presente trabalho intitulado- Assistentes Sociais, Lésbicas, Negras e Feministas: o legado político de Marylucia Mesquita Palmeira, é oriundo de debates realizados em grupo de pesquisa que tem como temáticas centrais gênero, raça, classe e sexualidades, com enfoque nas lesbianidades. Nesse sentido, buscamos aqui refletir sobre categorias teóricas relacionadas, ao sexismo, racismo e lesbocídio, vinculadas à aspectos políticos da história de vida de uma assistente social, negra, lésbica, feminista que dedicou sua existência por décadas ao Serviço Social. Uma protagonista e pioneira em muitas lutas sociais, num tempo histórico, situado na década de 90, marcado pela consolidação do ideário neoliberal no Brasil. Um tempo no qual não se reconheciam as diferenças como potências e se afirmava o discurso falacioso do humano genérico, que, ainda hoje, por parte dos conservadores, persiste em se reiterar.

Podemos declarar que o tempo de atuação profissional de Marylucia, também testemunhou epistemicídios, lesbocídios, racismos e sexismos. Muitos foram, portanto, os desafios profissionais que se impuseram a sua presença política nesta sociabilidade violenta, que afeta de forma “privilegiada” mulheres. Daí o debate deste artigo se realizar no campo do feminismo, em concordância com Borges<sup>6</sup> (2017) quando assinala que:

O feminismo é um movimento político e de transformação que disputa todas as esferas da vida e do poder. Não por acaso, feministas cunharam a expressão “o pessoal é político”, tendo por objetivo lançar à esfera pública as desigualdades de gênero, bem como impulsionar, com isso, a defesa de uma sociedade igualitária. Neste sentido, o feminismo é uma ideologia e, como tal, constitui e disputa um projeto de mundo que abarca todas as esferas, sejam elas filosóficas, sociológicas e econômicas (BORGES, 2017).

Neste sentido, este estudo objetiva, através da apresentação da trajetória profissional e política da assistente social Marylucia Mesquita Palmeira, mulher negra e ativista lésbica, visibilizar seu legado político e suas contribuições para a profissão de Serviço Social, ancoradas contribuições do feminismo lésbico negro no enfrentamento ao capital, bem como

6

liana

Borges.

<https://blogdaboitempo.com.br/2017/04/06/a-urgencia-do-pensamento-feminista-negro-para-a-democracia/>.  
Acessado em 22 de julho de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

aos diversos sistemas normativos e de opressão, à exemplo do racismo, sexismo e lesbofobia que estruturam as relações sociais, se materializam em violências cotidianas e têm como face mais fatal, especialmente para mulheres lésbicas negras e de periferia, o lesbocídio<sup>7</sup>,

É também objetivo deste estudo, portanto a promoção de um debate sobre ativismo de mulheres feministas, lésbicas e negras que no confronto com o capital, lutam contra a opressão e a violência e pela garantia de direitos, marcando o caráter político das práticas ativistas, mediante o qual se invocou historicamente a máxima de que “o pessoal também é político. Assim, trazer a trajetória pessoal e política de Marylucia, desde sua militância feminista e atuação profissional, com seus tensionamentos e atravessamentos, é reconhecer que as vidas, privada e política, são norteadas por dinâmicas de poder.

Reconhecendo que a teoria política feminista promove análises críticas e contribui com novos olhares sobre os fenômenos estudados, ao visibilizarmos o legado político da assistente social, negra e ativista lésbica Marylucia Mesquita Palmeira estamos também visibilizando como, através da sua militância feminista e lésbica, a profissão de serviço social pôde se aproximar dos debates nos campos de gênero e sexualidade, até então pouco alcançados pela profissão.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos deste estudo, utilizamos pesquisa bibliográfica além de dados secundários obtidos em sites, boletins, entrevistas, dossiês publicados em mídias relacionadas ao conjunto CFESS/ CRESS e movimentos sociais que mantêm o legado de lutas sociais de Marylucia Mesquita Palmeira. Outros dados da pesquisa documental tiveram como fontes o Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017”, o LesboCenso (2021/2022) e o documento Um Retrato das Desigualdades no Brasil Hoje (2023). O trabalho será fundamentado em epistemologias críticas, como o feminismo lésbico materialista e decolonial.

O artigo está subdividido em duas partes, a primeira faz breves considerações sobre o legado político de Marylucia Mesquita Palmeira e a segunda versa sobre Mulheres Feministas, Lésbicas e Negras confrontando o capital e as faces do lesbocídio no Brasil (2014-2022). Em nome da Mary gostaríamos de homenagear e visibilizar a luta de tantas mulheres que dedicaram suas vidas por uma nova sociabilidade que reconheça as diferenças.

## 1. Marylucia Mesquita Palmeira: breves considerações sobre a trajetória política.

---

<sup>7</sup>Mortes de lésbicas causadas por homicídio ou suicídio, motivados pela lesbofobia, ou seja, ódio, repulsa ou discriminação contra a existência lésbica



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Em uma sociedade que insiste em nos apagar, que não se aceita dizer tudo, ou pelo menos o óbvio, também não é comum refletir e historicizar a vida de uma mulher negra e lésbica; é por isso e por tanto de contribuição e respeito à sua trajetória que assumimos o risco de escolher dizer sobre Marylucia Mesquita Palmeira, mulher negra, lésbica, cearense, geminiana, nascida no dia vinte e sete de maio de mil novecentos e setenta, feminista, assistente social que por mais de duas décadas moveu-se incansavelmente na luta e defesa de direitos no que diz respeito à comunidade LGBTIA+, dentro e fora do Serviço Social brasileiro. Sua caminhada é trilhada a partir de uma vasta rede de conexões do fazer político no cotidiano e, portanto, de suas experiências na vida e na militância, como mulher negra lésbica.

Marylucia inicia sua Graduação em Serviço Social no ano de 1988 e conclui em 1995 pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). No ano de 1999, ingressou no Mestrado em Serviço Social, o qual concluiu em 2001, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Marynha (como é carinhosamente referenciada no marcador, manifesto e “mulheragem” do CFESS do ano de 2023), que sempre transitou no ambiente acadêmico, construiu uma vasta participação na academia ocupando, enquanto docente, inclusive, espaços com desenvolvimento de pesquisas. Para além da academia, atuou como conselheira no Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (1999-2002, 2008-2011, 2011-2014), onde dedicou-se ao debate de Ética e Direitos Humanos e direitos das pessoas LGBTIA+.

Foi cofundadora do DIVAS (Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual), desde 2004, um coletivo cearense, que buscava contribuir, através de uma perspectiva lésbica-feminista, para a emancipação política e afetivo-sexual de mulheres lésbicas e bissexuais. Nesse período também estabeleceu outros vínculos institucionais que protagonizaram o debate em relação às políticas públicas que são pautadas para mulheres negras e a população LGBTQIAPN+.

Referenciada enquanto uma das pioneiras do feminismo lésbico no Serviço Social, Marylucia Mesquita Palmeira esteve à frente do seu tempo durante sua trajetória, contribuindo de maneira fundamental e significativa para nossas existências enquanto sujeitas lésbicas dentro do Serviço Social e para além, identificando as violações presentes nas estatísticas - e também a ausência delas, corroborando com a luta de maneira que se evidenciasse as opressões inclusive no lugar de invisibilidade.

As ações em que Marylucia Mesquita Palmeira se fez presente sempre foram de punho cerrado e dotadas de estratégias na luta, na prática, instrumentalizadas com dados e diálogos pedagógicos, desejosos de um futuro emancipado para corpos LGBTIA+.

No ano de 2013, por exemplo, ela esteve à frente da Marcha Contra a Homofobia no Brasil que ocorreu em Brasília no dia 15 de maio – data comemorativa pelo dia das pessoas assistentes sociais - representando o CFESS e marchando em direção ao Congresso Nacional, também com intuito de aprovar o Projeto de Lei 3688/2000 chamado “PL da Educação”, que buscava a inclusão de assistentes sociais e psicólogos/as nas escolas. Nesse sentido, sua participação ativista reivindicava o lugar das profissionais de serviço social no campo da educação, mas também lutava pela garantia dos direitos da população LGBTI+, posicionando-se contra a violência, a favor da vida, por Estado Laico e pela criminalização da homofobia.

Marylucia Mesquita Palmeira protagonizou, assim, uma história de luta incessante enquanto defensora e ativista de direitos humanos, especialmente da população LGBTIA+ e das lésbicas, pois percebeu a invisibilidade dessas existências, mesmo dentro do Serviço Social brasileiro, oriunda de uma construção social hegemônica sobre as dissidências de gênero e sexualidade, que nos estigmatiza e sustenta a violência que nos assola. Mas Marylucia, enquanto sujeita negra e lésbica, também conheceu a resistência do movimento lésbico e levantou-se contra o que está posto, buscando construir contra narrativas nas instituições e instâncias de poder, nos quais atuava, contribuindo para garantir direitos nestes espaços.

Com olhar mais aprofundado sobre sua firme trajetória no campo do Serviço Social, percebemos como sua formação acadêmica e seus vínculos profissionais foram direcionados na busca da transformação real dos espaços de poder, que resultou, muitas vezes em experiências duras e diversas nos variados espaços e tempos vividos, cultivando sempre sabedoria para o próximo passo de luta em busca dos direitos.

Sempre disposta e interessada a se vincular às pesquisas, docência e aos movimentos sociais, principalmente no que diz respeito às pautas da população LGBTIA+, deu corpo, voz e presença nas lutas dos movimentos sociais, sendo uma mulher negra, lésbica e nordestina, que não se destaca apenas por essas identidades (ainda que dizer nosso nome e afirmar-se identitariamente seja um necessário ato contínuo na luta nos dias atuais), mas foi a “Merynha” que abriu espaço, portas e janelas para muitas de nós, integrantes da comunidade LGBTIA+, através dos debates travados e do ativismo cotidiano, movido pela sede de mudança, que pulsava nas suas veias perceptível, ainda hoje, quando lemos e conhecemos sua trajetória. Assim, podemos afirmar que, seus passos trilharam um chão, no qual sementes foram plantadas e sonhadas para frutificar, transformando não só a realidade social, mas o próprio Serviço Social. A



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

nota do CFESS (2017) em homenagem a Marylucia Mesquita Palmeira revela o perfil que descrevemos acima:

É com muito pesar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) comunica o falecimento da ex- conselheira Marylucia Mesquita (Gestões 1999-2002, 2008-2011 e 2011-2014). Feminista e comunista, “Marynha”, como a chamávamos, foi, sem dúvida, uma das mais irrequietas assistentes sociais desse país. De perfil militante desde a graduação, concluída na Universidade do Estado do Ceará (UECE), Meirinha vem da geração do movimento estudantil dos anos 1990. Concluiu o mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/2001) e atuou como docente nos cursos de Serviço Social do INTA/Sobral-CE (2008/2010) e da Universidade de Brasília (UnB), entre 2012 e 2014. Além da docência e das gestões do CFESS, integrava o Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS/UECE), era filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e foi cofundadora do DIVAS (Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual). No CFESS, Marylucia Mesquita participou ativamente da Comissão de Ética e Direitos Humanos, da qual foi coordenadora na gestão “Tempo de luta e resistência” (2011-2014) e foi também conselheira do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT entre os anos de 2013 e 2016. Em seus breves quarenta e oito anos de vida – vinte e dois deles como assistente social – Mary contribuiu intransigente e incansavelmente para que a pauta dos direitos humanos fosse visibilizada no interior do Serviço Social e além dele. Temos certeza de que é dessa forma que ela gostaria de ser lembrada, pois esse universo de barbárie na vida social, contra o qual ela lutou bravamente, foi uma das razões de tanto sofrimento subjetivo nos seus últimos meses de vida. O Serviço Social brasileiro agradece a intensidade dessa personalidade forte e dedicada aos princípios e valores do projeto ético-político profissional. Nós, seus/suas amigos/as de várias gerações do Conjunto CFESS-CRESS, vamos nos lembrar, sempre com saudade e doçura, da sua passagem por essa vida, que “devia ser melhor... e será!” (CFESS, 2017)

Assim, podemos perceber que Marylucia Mesquita Alves, em seus quarenta e oito anos de vida, dedicou quase vinte e dois anos a contribuir para o despertar da consciência sobre a garantia de direitos humanos de forma incansável dentro e fora do campo do Serviço Social, na medida em que, enquanto classe trabalhadora, transitava entre o movimento social, os espaços do exercício profissional e a universidade.

Nas pesquisas documentais que realizamos, constatamos que sua atuação foi marcada também por uma determinação incessante, refletindo seu compromisso estabelecido com a luta feminista, anti-racista, anti-lgbtfóbica, anti-classista e contra outras estruturas de opressão. Estruturas que nos conformam e nos atravessam, seja de forma simbólica ou materializada em violências vividas por corpos negros, corpos lésbicos, corpos com deficiência, corpos que expressam a classe a qual se pertence.

A partir da noção de corpo como território político de Grijalva (2020) no qual território não é somente um espaço físico, mas simbólico e é, portanto, parte também do que somos, Marylucia enxergava e integrava a população LGBTIA+ com seu corpo político no mundo, pois existir enquanto dissidência de gênero e sexualidade em seu tempo e enquanto uma corporalidade negra, já era um ato de resistência política por si só, dentre muitas pautas latentes e visíveis na sociedade:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

“assumo meu corpo como território político porque o entendo como histórico, e não biológico. E, conseqüentemente, assumo que ele foi nomeado e construído a partir de ideologias, discursos e ideias que justificaram sua opressão, exploração, submissão, alienação e desvalorização. A partir daí, reconheço meu corpo como um território com história, memória e conhecimentos, tanto ancestrais quanto próprios, da minha história íntima. Ao mesmo tempo, considero meu corpo o território político que neste espaço-tempo posso realmente habitar, a partir da minha escolha de (re)pensar-me e de construir uma história própria dos pontos de vista reflexivo, crítico e construtivo.” (Grijalva, 2020, p.10)

“Marynha”, como era chamada pelas companheiras de luta, certamente não imaginou que seu nome, suas histórias, lutas, performances, escritos, falas, posicionamentos, aulas, gestões, diálogos, artigos, entraves e manifestos, a partir de seu corpo político no mundo, poderiam lembrados, reverenciados e referenciados por outras corpos singulares que também se encontram neste lugar de imensidão e de confrontos com as estruturas normativas. Na ocasião de sua morte, muitas homenagens e notas foram divulgadas, à exemplo da síntese da nota assinada por entidades da sociedade civil e pessoas físicas representantes de inúmeras entidades, as quais Marylucia esteve, de alguma forma, vinculada:

Dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dezessete perdemos uma de nossas ativistas. Lésbica, feminista, sapatão, assistente social e militante socialista, Marylucia Mesquita Palmeira nos deixa a dor, mas também a delícia de se ser o que é. Formada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará em 1995, Marylucia realizou seu mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), retornando ao Ceará para atuar na Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza de 2010 a 2012. Atuou como professora na Universidade de Brasília (UnB) no período de setembro/2012 a fevereiro/2014. É co-fundadora do DIVAS - Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual na condição de colaboradora desde 2004. Foi militante da Liga Brasileira de Lésbicas, integrando a coordenação colegiada da LBL/NE. Foi uma das organizadoras do VI SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas no Recife. E também foi conselheira do CFESS nas gestões 1999 – 2002, 2008- 2011 e 2011- 2014, sendo eleita conselheira pelo CFESS no Conselho Nacional de Promoção e Combate a Discriminação LGBT na gestão de 2013-2015. Marylucia Mesquita foi fundamental na luta pelos direitos LGBT, principalmente na construção da visibilidade lésbica. Lutadora, aguerrida e incansável militante, Marylucia foi protagonista na construção da Campanha “O Amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” promovida pelo Conjunto CFESS/CRESS lançada em 2006 na promoção da livre orientação sexual e trazia em seu bojo, a desconstrução da heterossexualidade como normatividade da sexualidade humana. Marylucia era inquieta e inconformada, fatores fundamentais para tanta contribuição ao movimento LGBT, em especial ao movimento de lésbicas. Dotada de uma capacidade incrível de mobilização, Marylucia nos provocava a reflexão de nos ver enquanto sujeitas políticas, donas de nossos corpos e sexualidades e protagonistas de nossas histórias. Marylucia era defensora de direitos humanos, defensora de um projeto ético político, de esquerda e socialista e que acreditava na transformação pela luta de classes, contra patriarcado e o capital. Marylucia nos ensinou que a mudança só seria feita de resistência e com muita luta, mas também com afeto e ternura. Nos despedimos hoje de Marylucia com os corações cheios de dor pela sua ausência em nossas trincheiras de luta, mas com seus legados e aprendizados que nos motivaram a seguir resistindo até que todas estejamos livres e com a certeza, de que o autocuidado e o cuidado entre nós sapatonas, feministas, militantes é não apenas essencial, mas um ato político! Viva Marylucia! Viva Sapatão de luta! (CONSELHO LGBT DE FLORIANÓPOLIS, 2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Essas intersecções existentes em sua vida, enquanto mulher, negra, lésbica, ativista, nordestina e seu incansável esforço deixou frutos, testemunhados por esta femenação do Conselho LGBT de Florianópolis, que de alguma forma trouxe à luz a importância do legado da assistente social Marylucia Mesquita Alves, para que seu nome jamais seja esquecido, nos lembrando que a luta é coletiva, e que para enfrentar as injustiças sociais vigentes, precisamos formar outras “Marynhas”, construir um serviço social que compreenda a população LGBTIA+ como classe trabalhadora, e perceba suas demandas como resultado de opressões materializadas e vividas pela classe trabalhadora e não como questões apenas da subjetividade humana, de forma a transformar o cenário de uma sociedade que nos rouba o direito de dizer quem somos, enquanto lésbicas e sapatonas.

Portanto, a presença de Marylucia no serviço social e sua militância dentro da profissão, é o que nos convoca a contar sobre ela, mas também sobre nós, assistentes sociais formadas ou em formação, sujeitas lésbicas e sapatonas, reconhecendo a importância de contarmos nossas histórias a partir de nós mesmas.

Sabemos dos múltiplos lugares e espaços nos quais estamos inseridas, e também sabemos (a partir de nós e quando nos vemos em espelhos) das violências que sofremos nesses espaços, desde a família a locais de trabalho e, porque rasuramos as estruturas normativas, como o próprio patriarcado, nosso caminho pode resultar em nos matarem ou nós mesmas aniquilarmos nossas vidas, pressionadas pelas opressões, discriminações e violências às quais mulheres lésbicas e sapatonas são submetidas ao longo da vida. Levantar e lutar por nossas dores enquanto resistimos vivendo em uma sociedade que quer nos apagar é o que temos de possibilidade enquanto trilhamos nossos caminhos. Foi isso que Marylucia fez enquanto conseguiu sobreviver às opressões e violências cotidianamente vividas por mulheres negras lésbicas.

Porque considerar ser possível fazer a luta contra todas as estruturas de opressão e manter a saúde, o bem-viver e os direitos é, ainda, antagônico. Entretanto, é no coletivo, na espiral possível do mundo das diferenças, que devemos seguir para avançarmos dia após dia. É dessa luta que falamos quando lembramos os passos de “Marynha”, pois ela fez um movimento coletivo e em rede, ocupando espaços, pautando nossas demandas enquanto sujeitas lésbicas e sapatonas integrantes da classe trabalhadora, mas não só, pois, o horizonte de sua missão foi (e ainda é) fazer a defesa da população LGBTIA+, pesquisar e organizar as possibilidades de dados sobre nós, fazer a militância nas instâncias sócio-ocupacionais e deixar

registrado o rastro de transformações possíveis enquanto sociedade que avança contra as estruturas de opressão.

Refletindo ainda a ampla participação de “Marynha” em diversas frentes de luta, e, também, a ausência e apagamento de sua história, podemos considerar, inspirada em Fatuma (2023) que:

“Tanto no movimento negro, como nos movimentos LGBTQIA+ e feministas, o racismo e a lesbofobia estiveram presentes na trajetória das lésbicas e sapatonas negras, ainda que estivessem na linha de frente, protagonizando disputas por direitos e lutas políticas para que suas pautas não entrassem no apagamento da cisheterossexualidade (FATUMMA, 2023, p. 123).

Dessa maneira, pesquisando a trajetória de “Marynha” e de seu enfrentamento profissional e pessoal a uma sociedade racista, lesbofóbica, misógina, classista podemos dizer que a sua caminhada foi abreviada pelo conjunto de violências e discriminações sofridas, que culminou no ato de ceifar sua própria vida, como ocorre com tantas outras mulheres lésbicas vítimas do lesbocídio ou lesboóidio.

Sabemos que a luta quando feita e forjada com muita intensidade e entrega nos adocece em várias dimensões, e reconhecemos que Marynha foi vítima deste sistema adoecedor que se perpetua até os dias de hoje.

Organizadas politicamente as lésbicas e sapatonas desorganizam a “ordem da sociedade”, pois expressamos a partir de nossas existências, a resistência histórica à heterossexualidade compulsória e a negação ao patriarcado que ganham materialidade a partir não só de nossos relacionamentos afetivos e sexuais, mas do nosso posicionamento político no mundo. Por tudo isso nossa luta é revolucionária e necessária.

Assim, esse trabalho, ao registrar a vida e luta de Marylucia, procura honrar sua trajetória, resgatando seu exemplo de profissional e militante, como espelho a nos mirar, nos reconhecer e a indicar o caminho a seguir em direção à transformação social.

Reverenciar seus passos por terem estado à frente do seu tempo em todas as instâncias nas quais atuou, é também aprendermos com sua luta, com seus métodos de fazer a profissão e a militância, sempre imbricadas em objetivos coletivos. É reconhecer sua importância para o Serviço Social brasileiro e as contribuições alcançadas no interior da profissão, materializando os princípios e valores do projeto ético-político do Serviço social, especialmente no que diz respeito à conquista e garantia de direitos da população LGBTQIA+.

## **2. Mulheres Feministas, Lésbicas e Negras confrontando o capital.**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O capitalismo é sem dúvidas um sistema opressor e desigual. Mas opressor, desigual para que classes, que corpos? Certamente aqueles considerados não normativos. Neste sentido e como enfrentamento a esse sistema, se torna relevante a afirmação do corpo político da assistente social e ativista lésbica Marylucia Mesquita Palmeira e de seu lugar de fala, quando assevera: “Sou mulher negra, feminista e lésbica!”. Porque era com essa potência que a assistente social iniciava suas falas públicas, reivindicando e lutando pela visibilidade e direitos de todas as mulheres. (CFESS - 2023).

Nossa premissa de trabalho dialoga sobre os feminismos, em especial o negro e lésbico como pensamento social que estão no campo mais progressista da sociedade. Brandão (2018) assinala que:

O feminismo, em suas diferentes perspectivas teóricas e políticas, ao longo da história buscou adotar conceitos ou construir instrumentais de análise a fim de compreender as formas diferenciadas de distribuição de poder que localizam as mulheres em posições de desigualdade e, com base no conhecimento desenvolvido a partir da teoria produzida e de práticas políticas, modificar essas posições. Desde o fim da década de 1970 as mulheres negras questionaram a construção do “ser mulher”, que possuía um modelo universal desconsiderando raça, classe, etnia e sexualidade nessa estruturação. Os estudos desenvolvidos por feministas brancas com modelos e discursos distantes das realidades das mulheres negras estimulou estas a falarem de suas próprias experiências de opressão e discriminação e a construir outros paradigmas de gênero e feminismo, que não centralizam o poder de opressão apenas no gênero, mas também em outros marcadores – como raça, sexualidade e classe – para valorizar diferentes aspectos das suas identidades. As mulheres negras norte-americanas, então, chamaram atenção para a necessidade de se valorizar a análise de gênero em contextos mais específicos, de forma a se considerar as experiências sociais, culturais e históricas que conformam as identidades dessas mulheres (BRANDÃO, 2018, p. 184-185).

Ambos os feminismos se posicionam contra a naturalização política do conceito de humano genérico, sendo necessária e urgente a problematização da universalização dos corpos e sexualidades dissidentes, assim Borges (2017)<sup>8</sup>, assinala que:

O pensamento feminista negro, por sua vez, se estabelece a princípio apontando esse elemento da pluralidade de existências e pautando-se contra universalidades. Em visita recente ao Brasil, a socióloga afro-americana Patricia Hill Collins delineou algumas das questões centrais dele. Em primeiro lugar, uma das premissas fundamentais é de que o pensamento feminista negro não é um aditivo de outros feminismos, mas uma formulação própria feita a partir das necessidades, conhecimentos e formas de atuação política próprias das mulheres negras. Em segundo lugar, o senso de humanidade indissociável da luta feminista negra, a defesa de si conectada à defesa do outro, tendo em vista o processo de desumanização que corpos negros passaram, seja das populações negras em diáspora, seja da constante desumanização das populações negras em África. Ressaltou também a interseccionalidade, que evoca a heterogeneidade, e sublinhou a disputa pelo poder, e não de identidades, como centro deste pensamento, tendo na luta anticapitalista sua forma, já

que o capitalismo é um sistema indissociável das desigualdades e da dominação do outro visando o lucro e acúmulo e concentração de riquezas. Por fim, a descolonização dos corpos, mentes e espíritos negros, seja na noção metafórica, seja na noção literal e de entendimento de defesa da liberdade (BORGES, 2017).

A luta social contra o capitalismo e seus tentáculos coloniais perdura por séculos no Brasil.

Dados do documento *Um Retrato das Desigualdades no Brasil Hoje*<sup>9</sup> (2023) revelam que:

atualmente, os 0,01% que compõem a população mais rica do Brasil, possuem fortuna acumulada, e livre de dívidas de R\$ 151 milhões em média. O rendimento médio mensal per capita dos 10% mais ricos é também 14,4 vezes maior do que os 40% mais pobres. Por outro lado, mais de 7,5 milhões de pessoas vivem com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 150 por mês. O relatório também reforça que quem ganha menos paga mais impostos no Brasil. “Os 10% mais pobres pagam 26,4% da sua renda em tributos, enquanto os 10% mais ricos apenas 19,2%”, afirma o texto. Mulheres e pessoas negras são as que mais sofrem os impactos da desigualdade e também as que menos contam com representação política, no executivo, legislativa e judiciário (UM RETRATO DAS DESIGULDADES NO BRASIL HOJE, 2023).

Para compreendermos a dinâmica do capital temos nos feminismos um aporte teórico conceitual importante. A realidade brasileira, que é marcada pelo racismo e sexismo estrutural, privilegia os interesses das classes sociais dominantes, formada majoritariamente por pessoas brancas cisheteronormativas e cristãs, representadas por forças político partidárias alinhadas ao conservadorismo que tem íntima relação com uma política moral e sexual. Suas ideologias, portanto, articulam projetos de poder político e econômico que se estruturam a partir do aparelhamento do Estado e que buscam a submissão e ou eliminação, inclusive física, de pessoas negras, dos povos originários e comunidade LGBTQIA+, pois segundo Quinalha (2023, p.137) “quanto mais fechados e conservadores são o regime político e o governo de plantão, maior a tendência em intensificar modos de controle sobre corpos e sexualidades”.

Em síntese, confrontar o Estado, que representa os interesses do capital, seja na luta pela sobrevivência e por direitos, tem sido a tarefa diária dessas populações que insistem em se afirmar no seu gênero, na sua raça e na sua sexualidade, provocando o tensionamento das estruturas de poder. Nesse sentido, o objetivo maior dos movimentos sociais organizados, é o de ruir com os arcaicos/conservadores pilares que mantêm este sistema de pé. O movimento feminista lésbico, do qual Marylúcia fazia parte, tem como uma das lutas centrais o combate ao patriarcado, mas também ao capitalismo, por entender que ambos se entrelaçam e coexistem, na medida em que as relações de gênero estão associadas à produção de valor e que as relações sociais se baseiam na desigualdade de gênero e na subordinação da mulher.

<sup>9</sup><https://www.brasilefato.com.br/2023/08/30/mais-de-7-5-milhoes-vivem-com-menos-de-r-150-por-mes-no-pais-mostra-observatorio-das-desigualdades>. Acessado 24/07/2024;



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assim, se o sistema capitalista-patriarcal-heterossexista produz e impõe normas de feminilidade de forma a consolidar as relações sociais que lhe servem à acumulação, não se submeter a tais normativas, como é o caso das lésbicas, implica em opressões e preconceitos que se materializam em atos de lesbofobia ou mesmo o lesbocídio.

Dados do dossiê do Lesbocídio e da pesquisa do Lesbocenso, informam os agravos a que são submetidas as mulheres que não reproduzem os padrões normativos do sistema capitalista-patriarcal-heterossexista em nosso país e que em decorrência do preconceito e do ódio contra lésbicas são mortas ou tiram a própria vida. Entre 2015 e 2022, houve aumento de 50% nos casos de violência contra lésbicas, no Brasil, de acordo com registros do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan), subindo de 1.721 para 3.478 casos no período. Dados do Datasus, corroboram com a materialização da violência quando demonstram que entre 2002 e 2021, 720.927 pessoas negras foram assassinadas no Brasil, o que significa a morte de 99 negros por dia, ao longo de 20 anos, representando 71% de todas as vítimas de assassinato no Brasil no período.

A seguir iremos tratar das faces do lesbocídio no Brasil, a partir do Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017”, do LesboCenso (2021/2022).

## **2.1 Refletindo a lesbofobia como violação a saúde e vida plena das lésbicas e sapatonas.**

Recentemente, quando do estudo de um novo livro da coleção Feminismos Plurais, cujo título é *Lesbiandade* (2023), da autora, mulher negra e lésbica, DedêFatuma, nos encontramos com uma frase da teórica e referência feminista negra lésbica, AudreLord, que nos atravessou como uma flecha: “Dançamos com a morte”. Desde então, são latentes as reflexões sobre a assertiva e profunda frase que ressoa como um grito, uma denúncia sobre a realidade social de lésbicas e sapatonas marcadas por negações da vida plenamente digna de direitos, cuidados e proteções à essas comunidades.

Assim, apresentam-se questões sobre esta *dança com a morte* que nos aproximam desse momento vivenciado por Marylucia Mesquita Palmeira, pois, colorir o olhar sobre a sujeita e sua trajetória, também diz respeito - entre as narrativas aqui postas que exaltaram suas contribuições intransigentes e inesgotáveis por uma sociedade equânime e justa no interior do Serviço Social e para além dele - a visibilizar e tecer compreensões sobre as mortes de lésbicas e sapatonas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Marylúcia Mesquita Palmeira, como tantas outras, foi vítima do ódio coletivo à lésbicas e sapatonas, e teve a sua existência prematuramente ceifada a custa da condição sociocultural, política e econômica, orquestrada por uma estrutura social pautada pela hegemonia heterossexual e que confere e mantém poder e vantagens a uns, em detrimento das outras.

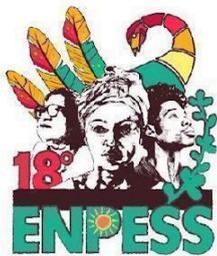
As políticas de morte a lésbicas e sapatonas fruto do preconceito em palavras e ações configuram uma realidade de sujeitas assassinadas e suicidadas. Entretanto, é inquietante e ameaçadora a ausência de informações sobre as mortes de lésbicas e sapatonas no Brasil, os dados provenientes do governo são inconsistentes, sendo as próprias organizações e movimentos de lésbicas e sapatonas protagonistas dos estudos e pesquisas que retratam suas realidades, exemplos disso são o “O Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 à 2017” e o LesboCenso Nacional com a primeira etapa da pesquisa realizada nos anos de 2021 e 2022. Conforme assinala Peres, Soares, Dias (2018):

O que podemos afirmar é que, acima de tudo, estas pesquisas são negligenciadas de forma sistemática e a invisibilidade das mortes é só mais uma das privações sofridas por todas as pessoas que de alguma forma são marginalizadas em nossa sociedade. (PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara, 2018, p.106)

Não pensar nossas mortes também diz respeito a uma vontade política e a defesa de um projeto societário que não quer pensar o que nos mata, e, sobretudo, construir respostas em políticas de vida, a fim de garantir uma vida plena de direitos e dignidade para as comunidades de lésbicas e sapatonas que são sócio estruturalmente vulneradas. Peres, Soares, Dias (2018) informa que:

Percebemos que a ausência de informações é demonstrativa de lesbofobia, de racismo, de machismo, de classismo e de tantos outros preconceitos agregados que constroem o perfil e o sentido do descaso com estas pessoas no Brasil e no mundo. Se a notícia não existe e se os dados não existem, não há provas, não há fundamentações e muito menos credibilidade com relação aos relatos. A comunidade lésbica é privada do direito de chorar a morte de suas membras e fica cada vez mais desinformada com relação às estatísticas dos riscos reais que estão em jogo no dia a dia do que significa sobreviver, enquanto lésbica, em uma sociedade como a brasileira. Conhecimento é poder e um direito de todas as lésbicas. (PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara, 2018, p.106)

Segundo “O Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017” são crescentes as mortes das lésbicas por ódio, com aumento de 2700% dos anos 2000 a 2017 (2018). Assim, entre as mortes de lésbicas e sapatonas, faz-se a escolha sensível, mas necessária, de abordar especificamente questões e os pilares que sustentam um profundo e coletivo sofrimento psíquico das mesmas que desaguam no apagamento das suas existências em mortes de lésbicas e sapatonas suicidadas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Os registros em números de casos de lésbicas e sapatonas suicidadas no Brasil seguem crescentes nos últimos anos, em diferentes estados e regiões, nas capitais e interiores, conforme explicita Peres, Soares, Dias (2018):

No ano de 2017 foi encontrado o maior número de casos desde o início do projeto; só nesse ano foram registrados 19 casos de suicídio, concentrando um total de 58% dos casos trabalhados nesse Dossiê sobre lesbocídio no Brasil. No estado de São Paulo foram registrados 6 casos, tornando-o o estado com o maior número de suicídios no Brasil e a região Sudeste a que concentra o maior número dos casos, com 28% de todos os casos registrados. Assim como nos casos de assassinatos, as regiões interioranas continuam sendo as que mais registram suicídios de lésbicas, concentrando mais do que o dobro dos casos registrados nas capitais brasileiras. (PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara, 2018, p.97)

Sobre as faixas etárias de lésbicas e sapatonas suicidadas no país, assim Peres, Soares, Dias (2018) afirmam que:

Os registros dos casos de suicídio entre lésbicas ocorreram, em sua maioria, com lésbicas na faixa de idade entre 20 e 24 anos, seguida de perto pela faixa de até 19 anos. Essas duas faixas juntas concentram 69% dos registros dos suicídios de lésbicas no Brasil. (PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara, 2018, p.100)

Sobre as dissidências ou não de performatividade de gênero e a inconformidade imposta por uma sociedade pautada na heterossexualidade e binariedade de gênero, Peres, Soares, Dias (2018), apresentam os seguintes dados:

Diferente dos casos de assassinato de lésbicas, há uma incidência maior de registros de suicídio entre lésbicas feminilizadas, concentrando 73% do total dos suicídios estudados; e ocorre em maior quantidade, também, entre lésbicas brancas. Com um recorte mais detalhado dos perfis das lésbicas, observamos que a divulgação dos dados sobre casos de suicídio indica maior incidência de suicídios de lésbicas brancas e feminilizadas e menor incidência entre lésbicas negras e não feminilizadas. (PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara, 2018, p.101).

Segundo Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da Equidade e da Integralidade, ao tratar sobre saúde mental, indicou estudos que apontam, quando no comparativo à população heterossexual, que as pessoas pertencentes as comunidades dissidentes de gênero e sexualidades detém níveis importantes de sofrimento psíquico e de experiência de violência física na família, no trabalho e em lugares públicos (2006).

Os impactos psicossociais resultantes da lesbofobia são multifacetados, refletir considerando os princípios da integralidade e equidade na saúde, diz respeito ao reconhecimento das questões próprias da existência das lésbicas e sapatonas em uma sociedade violadora dos direitos das comunidades dissidentes de gênero e sexualidades, por ser pensada a partir de um prisma heterossexual, assim, reconhecendo a sociabilidade estigmatizante e violenta conosco. Para contrapor a política de morte às lésbicas, se faz necessário identificar os fatores



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

estruturantes das suas realidades vulnerabilizadas para posteriormente transformá-las, Meyer (2003) assinala que:

Os determinantes desse padrão devem ser buscados, menos nas características individuais e específicas dessa população, e mais no contexto social marcado por estigma e discriminação, que gera um cotidiano repleto de experiências de preconceitos em várias instâncias da vida, na família, no trabalho, na escola, nos serviços de saúde. Um cotidiano marcado pela ansiedade e pela vivência \_ em geral, pouco compartilhada da experiência homossexual \_ relacionadas ao medo e expectativa de rejeição decorrente da homofobia presente na sociedade. (MEYER, 2003, p.21)

Ainda sobre os determinantes sociais da saúde que devem ser visibilizados e analisados a fim de conferir saúde mental às lésbicas e sapatonas, para o Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da Equidade e da Integralidade "a invisibilidade da população composta por estas mulheres e de suas demandas implica desperdício de recursos com atenção à saúde e baixa eficácia no tratamento efetivo de suas necessidades." (2006)

Frente aos processos de saúde e doença das lésbicas, os olhares institucionais e profissionais são majoritariamente punitivistas e de responsabilização individual das sujeitas, atrelando-as, por exemplo, aos estigmas e criminalização relacionada às substâncias psicoativas, usuárias, que são vitimizadas pelo racista sistema proibicionista, Facchini e Barbosa (2006) entendem que:

Uso abusivo de álcool, uso de drogas ilícitas e tabagismo têm sido recorrentemente reportados como proporcionalmente altos nos estudos que focalizam apenas a população homo e bissexual, como também nos que a comparam com a população heterossexual. Tal fato indica padrões diferenciados de risco para a saúde, especialmente no que se refere às doenças crônicas. (FACCHINI, Regina; BARBOSA, Maria, 2006, p.20 e 21).

Assim, olhar para a morte precoce da saudosa Marylucia Mesquita e daí reconhecer a sua dimensão coletiva reconhecendo a perpetuação das suas lutas, quando aponta caminhos que contribuem para a implicação em construção de políticas de saúde que pensem as lésbicas e sapatonas em suas especificidades, em seus lugares sociais, e atribuam respostas a fim de forjamos uma sociedade que respeite as pessoas dissidentes de gênero e sexualidades enquanto sujeitas de direitos, desejos e conhecimentos que são.

## Considerações Finais

Independentemente de como uma mulher vive sua lesbianidade - no armário, na legislação estatal, no quarto -, ela se rebelou contra tornar-se concubina do senhor de escravos, isto é, a fêmea dependente do macho, a fêmea heterossexual. Essa rebelião é um negócio perigoso ao patriarcado (Cheryl Clarke)

Os resultados do estudo apontam para uma maior necessidade de visibilidade, do legado político de Marylucia Mesquita junto às assistentes sociais, feministas, negras e lésbicas para o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

conjunto da categoria profissional, assim como introduzir nos currículos de formação em serviço social o debate de gênero, raça e sexualidades, tanto como disciplinas obrigatórias e ainda de forma transversal em outras disciplinas, mas também estimulando editais de pesquisa, extensão e publicações sobre o tema, de forma a ampliar a compreensão sobre as dissidências de gênero e sexualidades e implicar as profissionais de Serviço Social na defesa e garantia dos direitos da comunidade LGBTIA+ a partir do enfrentamento de todas as formas de violência perpetradas pela ética capitalista e seu espírito opressor estruturante.

Marylucia Mesquita Palmeira não está mais aqui, fisicamente, sua partida e a forma que se deu nos convida a refletir sobre as causas e consequências do lesbocídio em nossa sociedade, assim como a violência racial e sexista que assola nossa sociedade cujas bases se fundamentaram na colonialidade, no patriarcado e nas desigualdades econômicas e sociais perpetradas pelo capitalismo. Ao mesmo tempo que seu legado, suas ideias, sua ciência, sua política nos mostram caminhos para sermos profissionais capazes de revolucionar os aparelhos privados de hegemonia, questionando a economia e o Estado burguês, onde quer que estejamos afirmando o compromisso ético da liberdade como central.

Sim, somos e seremos muitas Marys na profissão e na sociedade. Onde estivermos seremos Marys, ativas, verdadeiras, presentes falando todas em todas as línguas que BASTA de tanta violência contra as mulheres feministas, lésbicas e negras.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Juliana.  
<https://blogdaboitempo.com.br/2017/04/06/a-urgencia-do-pensamento-feminista-negro-para-a-democracia/>. Acessado em 22 de julho de 2024.
- BRANDÃO, Simone. Lésbicas, Entendidas, Mulheres, Viados, Ladies: as várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma Unidade Prisional Feminina da Bahia. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2018.
- CFESS, <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1444>. Acessado em 30 de julho de 2024.
- CONSELHO LGBT DE FLORIANÓPOLIS. Nota de pesar. [chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08\\_01\\_2018\\_12.18.11.dd4a132ae7b8e7a4030bf85682ff7280.pdf](chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/08_01_2018_12.18.11.dd4a132ae7b8e7a4030bf85682ff7280.pdf). Acessado em 30 de julho de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

DOSSIÊ *Um Retrato das Desigualdades no Brasil Hoje.*

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/30/mais-de-7-5-milhoes-vivem-com-menos-de-r-150-por-mes-no-pais-mostra-observatorio-das-desigualdades>. Acessado 24/07/2024;

FACCHINI, Regina; BARBOSA, Maria. Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da Equidade e da Integralidade. Rede Feminista de Saúde; CFESS. 2006.

FATUMMA, D. Lesbiandade. 1 ed. São Paulo: Jandaíra, 2023.

GRIJALVA, D. G. Meu corpo é um território político. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil, de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Ilimitados, 2018.

QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.